ALGODÃO

A queda da produção poderá afetar o abastecimento industrial apenas no que tange às fibras de melhor qualidade. O aumento das exportações deve compensar o arrefecimento da demanda interna de produtos têxteis

As últimas estimativas da safra 1986/87 revelaram queda de 25% em relação à colheita de 1986, devido à redução de 29% na área plantada nas regiões produtoras e de 18% no rendimento físico da região Centro-Sul (ver Quadro 01).

No Nordeste, a área plantada com o **arbóreo** reduziu-se em dois terços desde 1977 (ver Gráfico 01), em virtude dos efeitos conjugados do uso de técnicas rudimentares de produção, formas arcaicas de exploração da terra, mecanismos viciados de comercialização, escassa utilização de sementes melhoradas, clima adverso e, principalmente, dificuldade de acesso dos produtores aos recursos do **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).** Há cerca de três anos, contudo, a essas razões somou-se mais uma – o aparecimento e

QUADRO 01 – ESTADOS SELECIONADOS – ALGODÃO ARBÓREO E HERBÁCEO – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO DAS SAFRAS (e) (p) 1985/86 E 1986/87

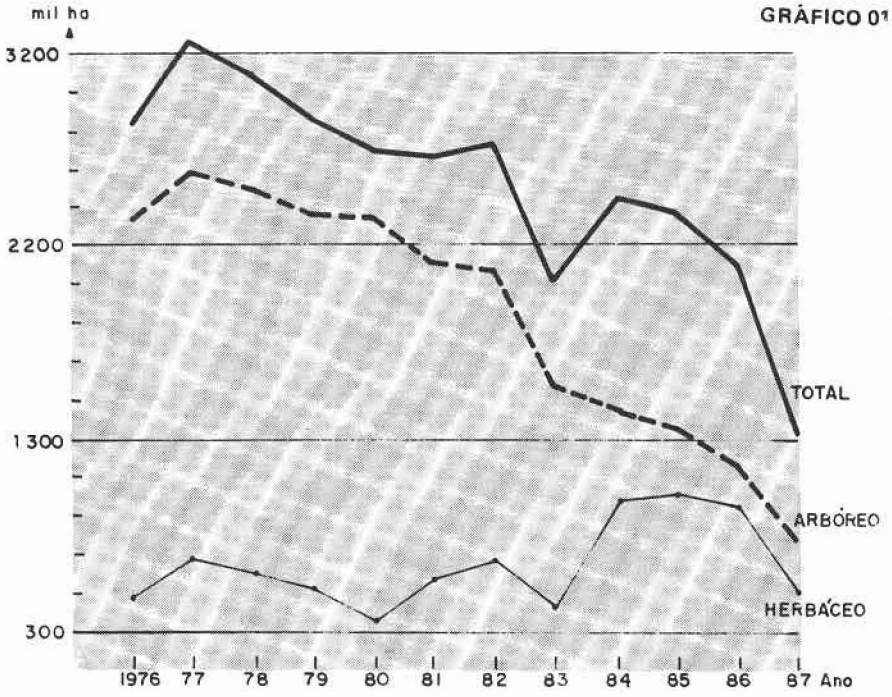
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (1.000 ha)		PRODUÇÃO (1.000 t)		PRODUTIVIDADE (kg/ha)		PRODUÇÃO EQUIVALENTE EM PLUMA[1] (1.000 t)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
PA	6,9	–	3,1	–	453	–	0,9	–
MA	32,3	25,1	8,2	6,7	255	267	2,5	2,1
PI	219,9	195,4	79,6	76,0	362	389	24,7	23,6
CE	761,3	389,7	98,8	41,4	130	107	30,6	12,8
RN	327,4	113,8	15,1	7,8	46	69	4,7	2,4
PB	324,8	204,6	26,9	38,4	83	188	8,3	11,9
PE	132,4	79,3	23,8	22,9	180	289	7,4	7,1
AL	78,7	91,4	19,1	32,9	243	360	5,9	10,2
SE	35,3	36,9	9,5	9,6	269	260	2,9	3,0
BA(Norte)	6,2	...	3,7	...	598	...	1,1	...
NORTE-NORDESTE	1.925,2	1.136,2	287,8	235,7	149	207	89,0	73,1
MG	161,6	130,7	169,9	59,3	1.051	455	59,5	20,8
SP	356,0	324.0	701,3	586,4	1.970	1.810	245,4	205,2
PR	415,0	390,0	768,4	650,0	1.852	1.667	276,6	234,0
MT	16,5	14,0	20,4	17,2	1.274	1.229	7,1	6,0
MS	49,9	52,0	61,1	78,0	1.224	1.500	21,3	27,3
GO	34,6	25,3	85,7	56,3	2.481	2.132	30,0	19,7
BA(Sul)[2]	201,1	179,2	219,5	49,1	1.091	274	76,8	17,2
CENTRO-SUL	1.234,7	1.115,2	2.026,3	1.496,4	1.642	1.342	716,7	530,2
BRASIL	3.159,9	2.251,4	2.314,1	1.732,1	732	769	805,7	603,3

FONTE – FIBGE/Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – abril de 1987.
(e) Estimativa;
(p) previsão.
[1] A equivalência em pluma foi obtida considerando-se um rendimento de 35% para o Centro-Sul e sul da Bahia, 36% para o Paraná e 31% para o Norte/Nordeste, conforme a CFP;
[2] o sul da Bahia foi incluído no Centro-Sul devido à coincidência de calendário agrícola, níveis de produtividade e rendimento do pluma.

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

REGIÃO NORTE/NORDESTE – ÁREA COLHIDA DO ALGODÃO
1975/76 – 1986/87[1]

GRÁFICO 01



FONTE – IBGE.
[1] **abril de 1987.**

rápida disseminação do **bicudo**, praga que tem atacado mais intensamente essa espécie. A inviabilidade econômica do controle químico tem levado os cotonicultores nordestinos a pensar na substituição da cultura, que, por ser perene, tornou-se um viveiro permanente da praga. Os ganhos de área com o **herbáceo**, variedade mais produtiva, nos anos de 1979, 1981, 1982, 1984 e 1985 só foram suficientes para superar a produção em 1977, 1984 e 1985. Na atual safra, reduziram-se o plantio do **arbóreo** (–31%) e do **herbáceo** (–56%), em razão da própria dificuldade do combate ao **bicudo**.

Neste contexto, o Nordeste deverá colher este ano cerca de 235 mil t de algodão em caroço, produção apenas pouco acima da obtida em 1983, ano mais crítico da seca.

Na região Centro-Sul, apesar da boa rentabilidade obtida na safra passada, a área plantada atual também se contraiu em 9,7%.

O resultado positivo deveu-se à elevação da produtividade da safra de 1985/86, com o replantio em tempo da lavoura, fortemente afetada pela estiagem em fins de 1985. A produção inicialmente prevista em 1,04 milhão de t passou na verdade para 1,81 milhão de t de algodão em caroço[1].

A comercialização da safra passada caracterizou-se pelas altas cotações, em razão do anúncio da queda da produção (afinal não consumada) e pela má qualidade da fibra, devido à ocorrência de chuvas durante o período de colheita. Ambos os fatores poderiam vir a comprometer o abastecimento interno dos tipos de melhor qualidade, cuja procura aumentara após a implantação do **Plano de Estabilização Econômica**. A importação de 80 mil t de fibras de melhor qualidade e a venda dos estoques de algodão em pluma em poder do governo, através de leilões, na época, puseram um freio no processo indesejado de alta (ver Gráfico 02). Mesmo com a estabilidade nominal dos preços, a receita dos produtores superou a expectativa inicial, em virtude, basicamente, do maior rendimento físico da lavoura.

Entretanto, o acúmulo de fibras de má qualidade, que não encontraram escoamento no mercado internacional, levou o governo a desestimular o plantio da safra 1986/87, no Centro-Sul. As medidas tomadas com este objetivo foram: 1) limitação dos financiamentos às áreas não financiadas no ano passado e 2) redução do preço mínimo do algodão em caroço, de Cz$ 71,85/arroba para Cz$ 66,90/arroba.

Paralelamente, a necessidade de combate ao **bicudo** em São Paulo e no Paraná (Maringá), aumentou o custo operacional da lavoura, anulando os efeitos do congelamento dos preços dos insumos utilizados e da extinção da correção monetária incidente sobre os custos financeiros.

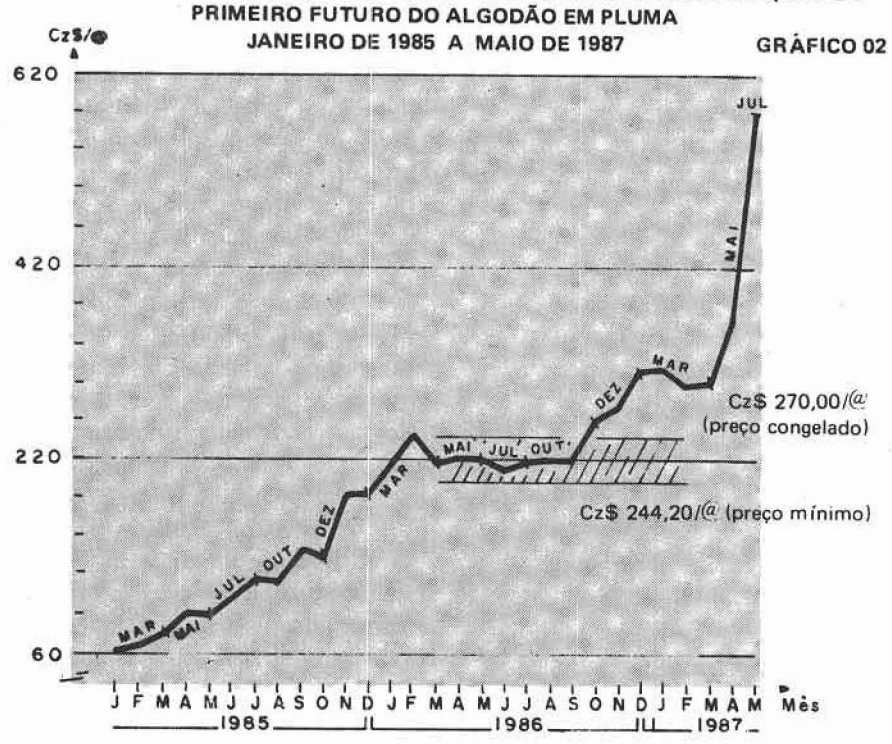
As adversidades climáticas sobrevindas, aliadas aos prejuízos causados pelo **bicudo**, acarretaram uma redução acentuada da produção, em nível superior à pretensão governamental ao reduzir a área de plantio.

Em Minas Gerais e na Bahia, a seca ocorrida à época do plantio prejudicou fortemente o desenvolvimento das lavouras, cujos rendimentos foram 57% e 75% inferiores, respectivamente, aos da safra passada.

No Paraná, maior estado produtor, as manifestações climáticas intensas e extemporâneas (baixa temperatura durante o plantio e chuvas excessivas na fase de formação das **maçãs**) afetaram marcadamente o desenvolvimento da lavoura, cuja carga média caiu de 16,5 para 8,5 capulhos por planta. Além disso, o veranico de março e abril provocou o amadurecimento rápido das maçãs, acelerando a colheita, no estado. Estima-se que 60% a 65% da área já estavam colhidos até o final de **março**, época em que ficou evidente a quebra da safra paranaense. Até fevereiro, o **IBGE** previa um rendimento físico até mesmo superior ao da safra

[1] A produção do sul da Bahia não foi considerada no prognóstico do **IBGE** de dezembro de 1985.

BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DO PRIMEIRO FUTURO DO ALGODÃO EM PLUMA
JANEIRO DE 1985 A MAIO DE 1987 **GRÁFICO 02**



FONTE – Bolsa de Mercadorias de São Paulo.
Obs.: Os meses ao longo da curva são os de entrega (mês de vencimento do contrato).

precedente.

Em São Paulo e Goiás, o excesso de chuvas em janeiro e fevereiro prejudicou também o desenvolvimento da lavoura, com o baixo aproveitamento da adubação, lixiviada junto com nutrientes do solo, provocando queda acentuada das **maçãs**. Diferentemente do Paraná, onde o controle preventivo de pragas tem mantido a infestação do **bicudo** em níveis toleráveis, nesses dois estados seu ataque tem sido mais intenso, repercutindo na produtividade da lavoura.

Até fins de março, cerca de 45% da safra da Região Meridional, incluindo o sul da Bahia, já haviam sido colhidos. A comercialização tem-se processado rapidamente: estima-se que, no Paraná, 35% da safra prevista já foram adquiridos pelos maquinistas.

A fluidez na comercialização deriva da iliquidez do produtor (em face da excessiva elevação do custo operacional não previsto à época do plantio) e da indefinição do governo quanto às regras para liquidar o financiamento da safra (créditos de custeio e de investimento) e para o levantamento de empréstimos para seu comércio (**EGF**).

A origem do **aperto** financeiro dos produtores remonta ainda à fase de escoamento da safra passada, quando o resultado econômico da lavoura no Paraná, por exemplo, apontava para certa folga na disponibilidade de recursos próprios. Com a restrição imposta aos financiamentos de custeio, em setembro passado (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986), a liberação dos juros em janeiro e a necessidade de recursos complementares a juros de mercado, elevou em demasia os custos financeiros da safra. O **Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná** reestimou o custo variável para esta safra em Cz$ 112,46/arroba do algodão em caroço, contra os Cz$ 68,00/arroba, inicialmente previstos. O novo valor foi obtido com base nos gastos efetuados pelo produtor típico do estado, classificado como médio, segundo o valor bruto da produção, conforme estipulado para os tomadores de empréstimos junto ao **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**. Neste caso, o cotonicultor médio recebia crédito subsidiado, correspondente à metade dos custos operacionais, restando 50% a serem obtidos junto às instituições privadas, a juros de mercado. Sabe-se, entretanto, que, em termos de grupos de área total, à exceção do estado de Goiás, a maior parte da produção provem dos estabelecimentos de 10 ha a menos de 100 ha (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986), portanto, de pequenos produtores. Oficialmente, estes produtores teriam obtido adiantamento integral dos recursos para o custeio do plantio, mas, na prática, isso não aconteceu, pela dificuldade de acesso ao crédito subsidiado, contribuindo para deteriorar enormemente sua situação financeira.

A revisão do preço mínimo para Cz$ 100,05/arroba, em fevereiro, e a perspectiva de **aquecimento** dos preços não foram suficientes para mudar a decisão dos produtores de saldar imediatamente seus débitos. Contudo, os preços de mercado já haviam superado o **mínimo**, no início da colheita, alcançando cifra próximo do custo variável previsto (Cz$ 112,00/arroba).

A demora na definição das normas relativas aos custos financeiros dos créditos de custeio, investimento e comercialização dos contratos vincendos após 28 de fevereiro, também contribuiu para precipitar as vendas do produto recém-colhido. Anunciadas, pelo **Banco Central**, em abril/maio, ficou evidente que as normas (10% a.a. para o crédito de custeio, 10% a.a. mais a variação comparativamente menor entre o **IPR** e a **LBC** para o **crédito de comercialização**; 10% a.a. mais 50% da atualização monetária para **crédito de investimento**) não onerariam em demasia os custos financeiros dos empréstimos tomados. Como essas vantagens chegaram tardiamente, constatou-se que, mais uma vez, o vício do atraso do governo na definição de regras sobre questões de sua alçada prejudicou os produtores.

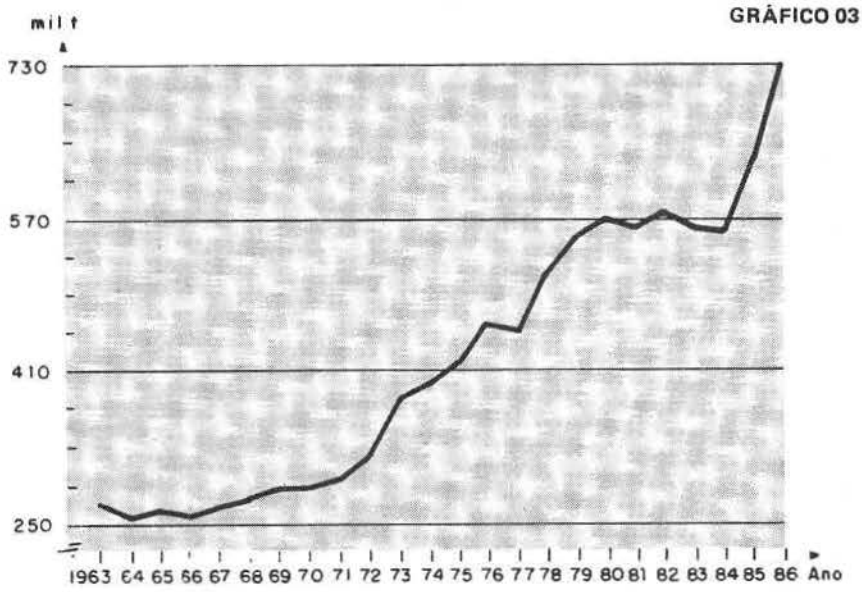
As transações no elo seguinte da cadeia não se verificaram com a rapidez com que o produto chegou aos maquinistas. As vendas para o segmento industrial, normalmente, tendem a ser cautelosas, pois a perspectiva é de que os custos financeiros dos **EGF** tomados evoluam em nível abaixo dos preços do produto beneficiado, incentivando a preservação dos estoques por mais tempo. A coerência da decisão é ratificada pela tendência de queda dos preços dos produtos de maior peso na composição do **IPR** (índice que balisa a atualização monetária dos financiamentos de comercialização), tornando os custos financeiros destes empréstimos atraentes, face aos aumentos nominais observados no preço do **pluma**. Enquanto os fatores de atualização monetária[2] mais os juros totalizaram 7,48%, 7,32% e 5,60% nos meses de março, abril e maio, respectivamente, as variações na cotação do algodão em pluma foram de 1,6%, 17,1% e 40,0%, nos mesmos meses.

A quebra das safras meridional e setentrional, a fixação de um preço mínimo atraente — 50% superior ao inicialmente estipulado — e a melhor qualidade da fibra obtida indicam a perspectiva de preços crescentes para o algodão beneficiado. Este cenário é também ratificado pela previsão de que a demanda do **pluma** venha a se manter próxima ao número obtido no ano passado, o que configurará uma situação de abastecimento relativamente apertada, sobretudo no que diz respeito às fibras de melhor qualidade..

No ano passado, o expressivo aumento da demanda — o maior já verificado desde 1973 (ver Gráfico 03) — derivou do excelente desempenho das vendas de confecções no mercado interno. Recorde-se, contudo, que, no período efêmero do **Plano de Estabilização Econômica** os preços dos produtos têxteis evoluíram acima da média

BRASIL – CONSUMO INDUSTRIAL DO ALGODÃO EM PLUMA
1963-86 (em mil t)

GRÁFICO 03



FONTE – Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo.

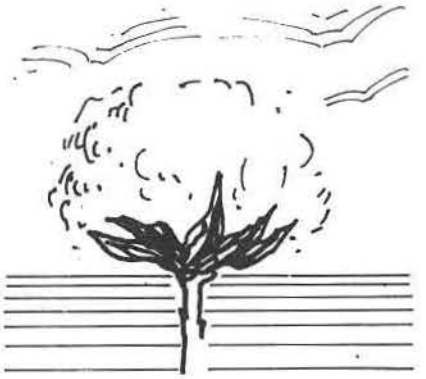
dos demais preços da economia (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 6, de junho de 1986).

O mercado internacional de manufaturados têxteis também apresentou condições favoráveis para a exportação, em face da desvalorização do dólar norte-americano frente às moedas européias, do aumento das quotas para os **EUA** (em mais de 20%) e da elevação do preço médio externo, para quase todas as categorias exportadas (ver Quadro 02). Entretanto, o aumento da demanda e dos preços internos reduziu o excedente exportável, fazendo com que o montante de divisas auferido ficasse abaixo do previsto.

Com o fim do **Plano de Estabilização Econômica** e a volta do ímpeto inflacionário, prevê-se uma queda acentuada no poder de compra da população, capaz de comprometer seriamente a demanda por produtos têxteis.

A redução das vendas já pode ser constatada no aumento de pedidos de concordata preventiva no Rio de Janeiro e em São Paulo veiculados pelos jornais: no primeiro quadrimestre, 60 empresas, enquanto no ano passado somaram 7 e 10, em 1985.

Ainda que a insolvência se restrinja às pequenas empresas, que na fase de euforia do **Plano de Estabilização Econômica** fizeram investimentos desproporcionais, fontes do mercado mais tradicional afirmam ser estes números preocupantes. Além do mais, os programas de investimento formulados no ano passado, para elevar a capacidade instalada das indústrias, estão sendo revistos para menos ou, até mesmo, sendo cancelados, em virtude do **esfriamento** das vendas no mercado interno. O próprio nível da produção industrial já revela queda no ritmo de crescimento, como mostra o Gráfico 04.



[2] Média do somatório das variações do **IPR** no trimestre precedente ao mês anterior ao período de reajuste.

QUADRO 02 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS MANUFATURADOS – 1985-86

ESPECIFICAÇÃO	EXPORTAÇÃO 1985 Quantidade (t)	1985 Valor (US$ 1.000 Fob)	1985 Preço Médio (US$/kg Fob)	1986 Quantidade (t)	1986 Valor (US$ 1.000 Fob)	1986 Preço Médio (US$/kg Fob)
1 – FIOS/FILAMENTOS	96.629,2	274.344,8	2,839	70.677,0	212.857,2	3,012
Seda	1.230,7	28.192,3	22,917	1.118,3	26.644,7	23,826
Artificiais/Sintéticos	25.069,5	65.762,5	2,623	16.575,6	50.291,4	3,034
Lã	1.101,7	7.078,0	6,425	576,3	4.017,7	6,972
Algodão	66.992,6	166.106,8	2,479	49.996,3	125.562,9	2,511
Linho/Rami	787,7	6.412,0	8,140	565,0	4.027,2	8,898
Outros	1.447,0	793,2	0,471	1.845,5	1.313,3	0,712
2 – TECIDOS	52.878,9	200.788,8	3,797	48.271,0	202.850,2	4,202
Seda	67,1	2.760,9	41,146	78,4	3.372,3	43,014
Artificiais/Sintéticos	6.753,7	39.990,7	5,921	7.576,8	46.231,9	6,102
Linho/Rami	519,6	6.140,0	11,817	517,5	7.437,4	14,372
Algodão	40.430,2	139.047,6	3,439	35.837,3	133.180,2	3,716
Juta	4.450,5	5.026,1	1,129	3.600,5	4.684,4	1,301
Veludos/Pelúcias/**Chenille**	184,4	1.056,8	5,731	164,1	1.011,9	6,166
Tules/Rendas/Bordados/Fitas	280,9	3.720,4	13,245	273,4	3.724,7	13,624
Outros	192,5	3.046,3	15,825	223,0	3.207,4	14,383
3 – CONFECÇÕES	34.570,9	272.735,1	7,889	32.941,3	296.960,4	9,015
Meias e Roupas de Malha	5.725,4	73.157,8	12,778	5.405,4	82.247,8	15,216
Vestuário e Acessórios de Tecidos	8.267,9	89.457,8	10,820	8.986,1	94.268,2	10,490
Roupa de Cama/Mesa/Copa/Banho	16.012,2	95.415,7	5,959	16.355,6	108.484,5	6,633
Sacos e Sacolas para Embalagem	3.558,7	10.563,2	2,968	1.509,2	9.049,7	5,996
Encerados/Barracas/Toldos	382,7	1.818,0	4,750	296,3	1.078,3	3,639
Outras	624,0	2.322,6	3,722	388,7	1.831,9	4,713
4 – MANUFATURAS DIVERSAS	143.158,4	134.289,5	0,938	116.697,2	124.991,2	1,071
Fibras Químicas	17.597,6	22.192,7	1,261	14.000,1	15.598,8	1,114
Tops de Lã	9.191,1	35.548,4	3,868	9.587,5	36.178,6	3,774
Tapetes	2.351,2	4.999,1	2,126	1.573,5	4.313,0	2,741
Cordas/Cordéis/Cabos	107.284,2	53.161,5	0,496	84.758,4	51.540,9	0,608
Outras	6.634,3	18.387,8	2,772	6.777,7	17.359,8	2,561
TOTAL	327.137,4	882.158,2	2,697	268.586,5	837.659,0	3,119

FONTE – Cacex, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo (SIFTESP) (dados provisórios).

A manutenção, portanto, da previsão de consumo nos mesmos níveis do ano passado – 730 mil t – depende necessariamente do aumento das exportações de produtos confeccionados com algodão, de modo a compensar a queda na demanda interna. Observam-se algumas indicações de que as exportações de manufaturados têxteis poderão alcançar a casa de US$ 1,0 bilhão repetindo a performance de 1984.

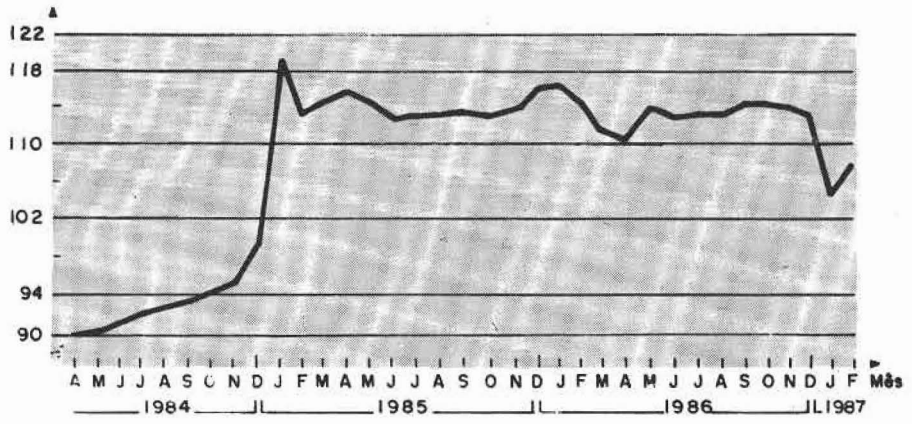
Para isso, a política de estímulo às exportações terá que dar maior poder de competição aos produtos têxteis brasileiros no mercado internacional. Algumas medidas já vêm sendo tomadas nesta área, tais como : 1) isenção do pagamento do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** e do **Imposto de Importação** para os produtos importados, cujo valor não ultrapasse 10% do incremento das exportações realizadas no ano anterior e 2) eliminação progressiva da defasagem cambial, mediante desvalorização mais rápida da taxa de câmbio. Paralelamente, nota-se que a desvalorização do dólar no âmbito mundial tem contribuído, também, para o aumento da competitividade dos artigos brasileiros.

Além disso, o mercado internacional do algodão vem se recuperando dos baixos preços praticados, a partir da segunda metade do ano passado, repercutindo diretamente no aumento do preço médio dos produtos manufaturados têxteis. O **Acordo Multifibras**, renovado recentemente, em bases promissoras, estabeleceu aumento nas quotas dos diversos produtos têxteis contingenciados e redução de quatorze para dez dos produtos sujeitos a controle quantitativos nos países importadores (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986), medidas que favorecerão certamente às exportações brasileiras.

Na hipótese de o consumo atingir as 730 mil t e a produção alcançar as 603 mil t do **pluma**, o déficit de 127 mil t, deverá ser coberto pelos estoques iniciais, estimados pela **CFP** em 449 mil t. Embora, à primeira vista, o estoque existente aponte para um abastecimen-

BRASIL – ÍNDICE ACUMULADO DA PRODUÇÃO TÊXTIL (BASE IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GRÁFICO 04



FONTE – Conjuntura Econômica – abril de 1987.

to folgado, a situação se modificará caso a análise considere os tipos de fibras (ver Quadro 03). O estoque remanescente apresenta-se composto de 160 mil t de fibras de baixa qualidade e de 289 mil t dos tipos melhores. Em fevereiro, 189 mil t de fibras de boa qualidade encontravam-se de posse da indústria, sob a forma de **EGF**. Esta quantidade, segundo a estimativa de consumo para este ano, é suficiente para suprir a indústria durante três meses, razão pelo qual não deverá ser industrializado até fins de maio, quando a colheita meridional deverá estar encerrada, apresentando produção estimada em 477 mil t de fibras de melhor qualidade (tipo 7 para menos).

São mínimas as possibilidades, porém, de que o segmento industrial reinicie suas compras a partir de maio de modo agressivo, na tentativa de recompor seus estoques, mesmo com os indícios de forte queda na produção setentrional. É pouco provável, também, que a atividade venha a ter acesso aos **EGF**, na medida em que os recursos governamentais, para este ano, estarão alocados na comercialização da chamada **supersafra**. Por outro lado, lançar mão de empréstimos, a juros de mercado, para a formação de estoques seria o último recurso do industrial, caso os preços se elevem acima do custo do empréstimo. Pelo menos até a entrada da safra setentrional (agosto/setembro), os preços não devem aumentar sistematicamente em termos reais, dado que, até essa data, a safra meridional, acrescida das reservas remanescentes, é suficiente para abastecer a indústria. Desse modo, é mais provável que as compras, entre maio e agosto/setembro, sejam efetuadas normalmente.

Estatisticamente, a situação do abastecimento para este ano traduz-se no seguinte quadro: entre março e setembro, estarão disponíveis no mercado cerca de 666 mil t do produto de melhor qualidade (477 mil t da safra meridional e 189 mil t dos estoques remanescentes junto às indústrias) e a demanda será de 510 mil t (correspondentes a 70% do consumo anual, segundo informações colhidas nas indústrias). Restarão, portanto, 222 mil t a serem consumidas entre outubro e fevereiro de 1988 (diferença anterior mais a safra nordestina – 66 mil t). Essa quantidade será suficiente para suprir o consumo normal até o final do período restante (outubro-fevereiro), mas não para formar estoque mínimo de segurança (equivalente a dois meses de consumo), considerado como de-

QUADRO 03 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA, POR TIPOS – 1987(e) – (em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	TIPO 7 PARA MELHOR	TIPO 7/8 PARA PIOR	TOTAL
ESTOQUE INICIAL	289	160	449
Governo	100	160	260
Setor Privado	189	–	189
PRODUÇÃO[1] TOTAL	543	60,3	603,3
Centro-Sul[2]	477	119,2	530,2
Norte/Nordeste	66	7,1	73,1
SUPRIMENTO TOTAL	832	220,3	1.052,3
CONSUMO[3]	730	–	730
EXCEDENTE	102	220,3	322,3
EXPORTAÇÃO	–	150	150
ESTOQUE FINAL	102	70,3	172,3
ESTOQUE DE SEGURANÇA[4]	121	–	–
IMPORTAÇÃO NECESSÁRIA	19	–	–

FONTE – CPF, IBGE, SIFTESP.
Obs.: (e) Estimativa.
[1] **Em média, cerca de 90% da produção brasileira de algodão em pluma são compostos dos tipos 7 para melhor;**
[2] **inclui o sul da Bahia;**
[3] **considerou-se que a indústria praticamente não consome fibras de pior qualidade (7/8 para mais)**
[4] **necessário para suprir dois meses de atividade industrial.**

manda efetiva. Assim, pode-se antever, a partir do término da colheita nordestina, um certo **nervosismo** no mercado, com possíveis elevações reais e constantes nas cotações, culminando com a necessidade de colocação dos estoques remanescentes da **CFP** (cerca de 100 mil t), além de alguma importação. Neste caso, as compras externas seriam menores do que as do ano passado (80 mil t), em razão da melhor qualidade da fibra desta safra e do encarecimento do produto no mercado internacional. Além disso, a necessidade de se recorrer aos estoques pode ser antecipada para o final do terceiro trimestre, caso haja revisões que indiquem maior redução da safra setentrional, já que a quantidade prevista da safra meridional encontra-se praticamente assegurada.



O balanço final indica, assim, um déficit de cerca de 20 mil t dos **tipos 7 para menos** e um excedente de 220 mil t de fibras de pior qualidade. Deste excedente, a **CFP** estima ser possível exportar cerca de 150 mil t de algodão em seu poder desde a safra 1984/85, tendo em vista os seguintes pontos: 1) a recuperação dos preços internacionais do **pluma**, a partir do final do ano passado, 2) a intenção governamental de acelerar a desvalorização cambial e 3) o diferimento no pagamento do **ICM**, para as exportações, por 120 dias. As chances de colocação desse excedente no mercado externo são bem melhores do que as de 1986, quando foi possível exportar apenas 36 mil t (ver Gráfico 05).

QUADRO 04 – ALGODÃO – PAÍSES SELECIONADOS[1] – ESTOQUES, PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO 1980/81 A 1987/88
(milhões de fardos de 480 lb)

ESPECIFICAÇÃO	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86 (p)	1986/87 (e)	1987/88 (pr.)
ESTOQUE INICIAL	21,1	21,2	25,2	25,0	25,0	42,7	45,9	34,2
China	1,5	2,4	1,9	3,0	7,8	19,4	16,0	9,0
EUA	3,0	2,7	6,6	7,9	2,8	4,1	9,3	5,4
URSS	2,1	2,6	2,5	1,8	2,3	2,6	2,7	2,4
PRODUÇÃO	65,0	71,2	68,0	67,7	88,1	78,9	69,5	...
China	15,1	13,6	16,5	21,3	28,7	19,0	16,3	...
EUA	5,9	15,6	11,9	7,8	13,0	13,4	9,7	...
URSS	9,1	13,3	11,9	12,1	11,9	12,1	11,2	...
CONSUMO	66,0	66,1	68,2	68,7	70,4	76,8	80,7	...
China	15,1	16,2	16,4	16,0	16,0	19,5	21,0	...
EUA	5,9	5,3	5,5	5,9	5,5	6,4	7,1	...
URSS	9,1	9,1	9,2	9,1	9,5	9,6	9,7	...
EXPORTAÇÃO	19,7	20,2	19,4	19,2	20,5	20,2	23,4	...
China	...	...	...	0,8	1,2	2,9	2,3	...
EUA	5,9	6,5	5,2	6,8	6,2	1,9	6,6	...
URSS	4,0	4,3	3,0	3,2	2,9	3,0	2,8	...

FONTE – World Cotton Situation – Foreign Agricultural Service – USDA.
[1] Estimativa referente ao mês de abril de 1987.
(p) Preliminar;
(e) estimativa;
(pr.) previsão.

No plano externo, a recuperação das cotações foi estimulada pelos **EUA**, que entraram agressivamente no mercado internacional, visando a retomar os níveis anteriores de exportação, que baixou a um patamar irrisório no ano passado. Neste sentido, tomaram medidas para respaldar os baixos preços vigentes através da implantação do seu programa agrícola (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 5, maio de 1986), que possibilitou maior capacidade de competição a seus produtos. Além disso, a demanda internacional, que vinha aumentado em função da crescente popularidade das fibras naturais, foi estimulada pelos baixos preços praticados, no biênio 1985/86. Do lado da oferta, a produção mundial da atual safra (1986/87) mostrou uma retração de cerca de 11,9%. Desta forma, a estimativa do balanço previu uma demanda superior à produção, apresentando uma redução de 11,7 milhões de fardos nos estoques, para o final do ano comercial. Ainda assim, o estoque final de 34 milhões de fardos continuará bem acima da média alcançada nos últimos anos, cerca de 23 milhões de fardos (ver Quadro 04). Não fossem as dúvidas a respeito do mercado chinês, tanto da safra que passou por revisões baixistas sucessivas,como do seu nível anual de consumo, que se elevou para 21,0 milhões de fardos em abril (mais 20% do previsto em março), o aumento nas cotações mundiais não apresentaria essa evolução (ver Gráfico 05).

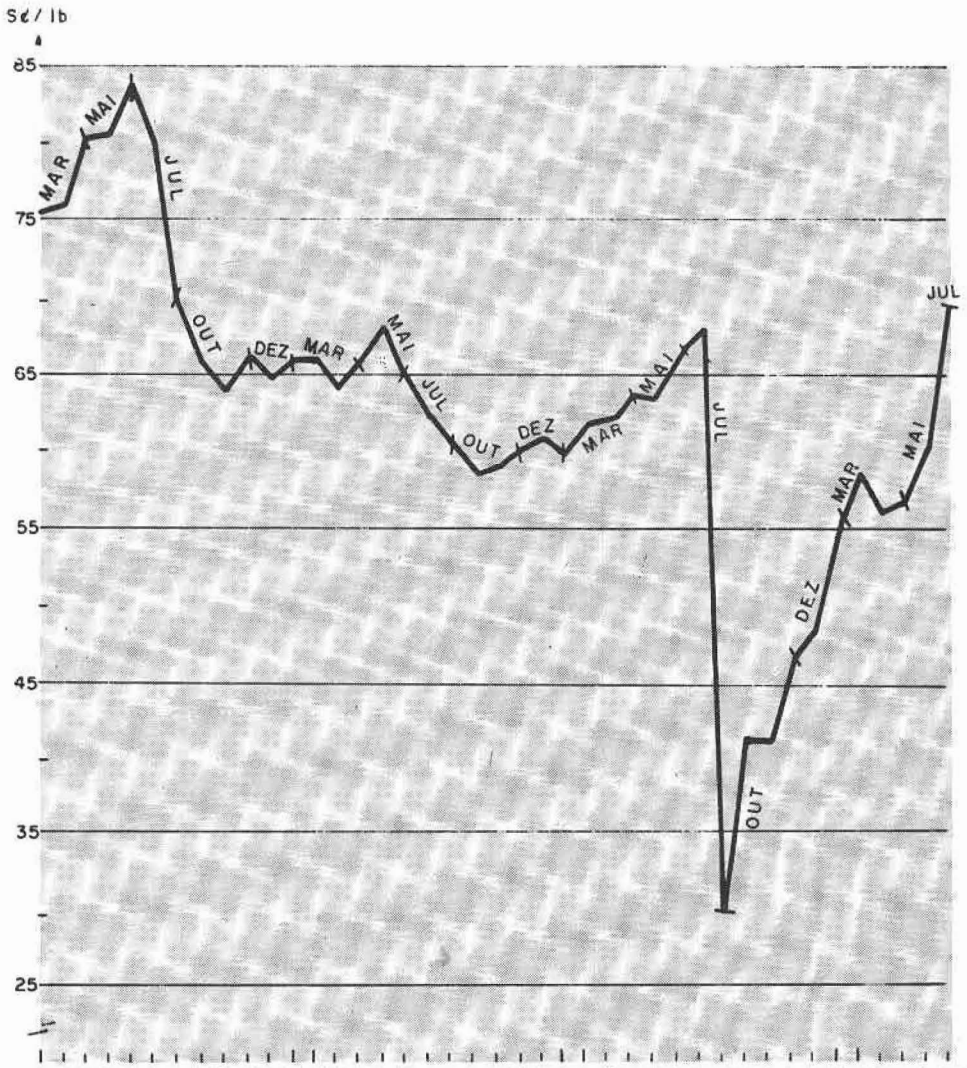
A partir do segundo semestre, quando começa a ser colhida a safra (1987/88) do Hemisfério Norte, que poderá ser superior à atual, os preços internacionais deverão se estabilizar ou mesmo apresentar leve retração, salvo se ocorrerem adversidades climáticas que prejudiquem a produtividade esperada, mormente nos **EUA**, ou que os rumores sobre a redução nos estoques chineses se intensifiquem.

No primeiro semestre deste ano, portanto, findam-se as oportunidades mais seguras de colocação do produto brasileiro no mercado internacional.

As melhores condições atuais de mercado, tanto internas quanto externas para o algodão, *vis-à-vis* o ano passado, levam a crer que as aquisições governamentais se efetivem somente para os tipos de pior qualidade que não encontrem escoamento satisfatório no mercado internacional.

BOLSA DE NOVA IOQUE – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DIÁRIAS (PRIMEIRO FUTURO) DO ALGODÃO EM PLUMA (1-1/16") JANEIRO DE 1984 A MAIO DE 1987 – (USc/libra-peso)

GRÁFICO 05



FONTE – Bolsa de Nova Iorque.
Obs.: os meses que aparecem na curva são os de entrega (mês de vencimento do contrato).